

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
------------------	----

PRIMEIRA PARTE – DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE SIMULAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE SIMULAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO: FUNDAMENTOS E SIGNIFICADO	27
1.1. O termo “simulação” no Código Tributário Nacional	27
1.2. Fundamentos do conceito de simulação no Direito Tributário	29
1.2.1. O Código Tributário Nacional incorporou o conceito de simulação do Direito Privado.....	29
1.2.2. O Código Tributário Nacional incorporou o conceito de simulação do Código Civil de 1916.....	45
1.2.3. Síntese conclusiva a respeito dos fundamentos do conceito de simula- ção	52
1.3. Conteúdo do conceito de simulação no Direito Tributário	53
1.3.1. Objetos que podem conter simulação: atos jurídicos (art. 102, <i>caput</i> , CC/16; art. 167, § 1º, c/c 185 CC/02).....	53
1.3.1.1. A simulação está presente nos atos jurídicos <i>lato sensu</i> , e não apenas nos negócios jurídicos	55
1.3.1.2. A simulação está presente nos atos jurídicos, e não nas fontes que os constituem.....	57
1.3.1.3. A simulação está presente nos atos jurídicos lícitos, e não nos atos ilícitos.....	60
1.3.1.4. A simulação está presente nos atos jurídicos que tenham por fim imediato transacionar direitos, e não nos atos jurídicos que te- nham por fim imediato satisfazer obrigações legais.....	63
1.3.2. Primeira subclasse de simulação: simulação subjetiva (art. 102, I, CC/16; art. 167, § 1º, I, CC/02).....	66

1.3.3. Segunda subclasse de simulação: declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.....	70
1.3.3.1. Não verdadeiras.....	71
1.3.3.2. Declaração, confissão, condição e cláusula.....	73
1.3.3.2.1. Declaração e confissão.....	74
1.3.3.2.2. Condição e cláusula.....	96
1.3.3.2.3. Diferenças entre a simulação das declarações e confissões não verdadeiras e a simulação das condições e cláusulas não verdadeiras	105
1.3.4. Terceira subclasse de simulação: simulação temporal	107
1.3.5. O rol de subclasses de simulação do Código Civil é taxativo.....	110
1.3.6. Definição intensional do conceito de simulação a partir dos elementos comuns das subclasses elencadas pelo Código Civil	116
1.3.6.1. Conceito e elementos da simulação formal	122
1.3.6.2. Conceito e elementos da simulação material.....	125
1.4. Tese sobre o conceito de simulação no Direito Tributário.....	127
1.5. Diferença entre os conceitos de simulação reconstruídos na presente obra e os conceitos de simulação apresentados pela doutrina brasileira	128
1.5.1. Conceitos de simulação apresentados pela doutrina brasileira	128
1.5.1.1. Divergência entre vontade real e vontade declarada	133
1.5.1.2. Acordo simulatório.....	142
1.5.1.3. Intenção de enganar terceiros.....	144
1.5.1.4. Divergência entre a causa real e a causa aparente (ou a causa típica).....	146
1.5.1.4.1. Divergência entre causa subjetiva real e causa subjetiva aparente.....	147
1.5.1.4.2. Divergência entre duas causas objetivas.....	152
1.5.1.4.3. Divergência entre a causa final real e a causa final típica.....	154
1.5.2. Repercussões práticas da adoção do conceito de simulação reconstruído por esta obra	159
1.6. Excurso: a citação de autores estrangeiros e a xenofilia acrítica	160
1.7. Conceito de dissimulação no Direito Tributário	170
1.7.1. O termo “dissimulação” no Código Tributário Nacional	170
1.7.2. Fundamentos do conceito de dissimulação no Direito Tributário.....	171
1.7.3. Conceito de dissimulação no Código Civil de 1916	178
1.7.4. Conteúdo normativo do parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional.....	180
1.7.5. Críticas à tese da “norma antissimulação” e as razões pelas quais elas são improcedentes.....	184

1.7.6. A decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2446.....	192
1.7.7. As duas fases do exame do ato jurídico dissimulado	199
1.7.8. Síntese conclusiva a respeito do conceito de dissimulação no Direito Tributário.....	208
1.8. Síntese conclusiva do Capítulo 1	208
CAPÍTULO 2 – SIMULAÇÃO E FIGURAS AFINS.....	211
2.1. Categorias de Direito Privado	211
2.1.1. Vícios do ato jurídico incorporados pelo Código Tributário Nacional como hipóteses de lançamento de ofício	211
2.1.1.1. Dolo (artigo 149, VII, do Código Tributário Nacional).....	211
2.1.1.1.1. Conceito de dolo.....	211
2.1.1.1.2. Diferenças entre o dolo e a simulação	214
2.1.1.2. Fraude (artigo 149, VII, do Código Tributário Nacional)	215
2.1.1.2.1. Conceito de fraude	215
2.1.1.2.2. Diferenças entre a fraude e a simulação.....	222
2.1.2. Vícios do ato jurídico que não foram incorporados pelo Código Tributário Nacional como hipóteses de lançamento de ofício	225
2.1.2.1. Erro (artigo 138 do Código Civil).....	225
2.1.2.1.1. Conceito de erro	225
2.1.2.1.2. Diferenças entre o erro e a simulação	226
2.1.2.2. Coação (artigo 151 do Código Civil).....	227
2.1.2.2.1. Conceito de coação.....	227
2.1.2.2.2. Diferenças entre a coação e a simulação.....	227
2.1.2.3. Lesão (artigo 157 do Código Civil)	228
2.1.2.3.1. Conceito de lesão	228
2.1.2.3.2. Diferenças entre a lesão e a simulação.....	229
2.1.3. Atos jurídicos lícitos	229
2.1.3.1. Negócio jurídico indireto	229
2.1.3.1.1. Conceito de negócio jurídico indireto.....	229
2.1.3.1.2. Diferenças entre o negócio jurídico indireto e a simulação	231
2.1.3.2. Negócio jurídico fiduciário	233
2.1.3.2.1. Conceito de negócio jurídico fiduciário.....	233
2.1.3.2.2. Diferenças entre o negócio jurídico fiduciário e a simulação.....	234
2.1.3.3. Reserva mental (artigo 110 do Código Civil).....	235
2.1.3.3.1. Conceito de reserva mental	235
2.1.3.3.2. Diferenças entre a reserva mental e a simulação	236
2.2. Categorias de Metodologia Jurídica.....	237

2.2.1.	Abuso de direito.....	237
2.2.1.1.	Conceito de abuso de direito.....	237
2.2.1.2.	Abuso de direito no Direito Tributário.....	241
2.2.1.3.	Diferenças entre o abuso de direito e a simulação.....	258
2.2.2.	Fraude à lei.....	260
2.2.2.1.	Conceito de fraude à lei	260
2.2.2.2.	Fraude à lei no Direito Tributário	263
2.2.2.3.	Diferenças entre a fraude à lei e a simulação.....	268
2.3.	Categorias de Direito Tributário.....	272
2.3.1.	Sonegação e fraude fiscal (artigos 71 e 72 da Lei nº 4.502/64)	272
2.3.1.1.	Conceito de sonegação e de fraude fiscal	272
2.3.1.2.	Diferenças entre a sonegação, a fraude fiscal e a simulação	273
2.3.2.	Falsidade (artigo 149, IV, do Código Tributário Nacional).....	276
2.3.2.1.	Conceito de falsidade	276
2.3.2.2.	Diferenças entre a falsidade e a simulação	277
2.4.	Síntese conclusiva do Capítulo 2	281

SEGUNDA PARTE – APLICAÇÃO DO CONCEITO DE SIMULAÇÃO

CAPÍTULO 3 – IDENTIFICAÇÃO DO ATO JURÍDICO SIMULADO.....	287
3.1. Comprovação da simulação	287
3.1.1. Ônus da prova na alegação de simulação	287
3.1.2. Standard probatório para a caracterização da simulação.....	292
3.1.3. Comprovação da simulação material.....	295
3.1.3.1. Comprovação da simulação de lugar, da simulação de tempo e da simulação material de objeto.....	295
3.1.3.1.1. Hipótese a ser comprovada para caracterizar a simulação de lugar, a simulação de tempo e a simulação material de objeto	295
3.1.3.1.2. Meios de prova para caracterizar a simulação de lugar, a simulação de tempo e a simulação material de objeto	297
3.1.3.2. Comprovação da simulação de elementos categoriais essenciais (abuso de forma)	301
3.1.3.2.1. Hipótese a ser comprovada para caracterizar a simulação de elementos categoriais essenciais (abuso de forma)	301
3.1.3.2.2. Meios de prova para caracterizar a simulação de elementos categoriais essenciais (abuso de forma).....	307
3.1.4. Critérios para a comprovação da simulação formal	310

3.1.4.1. Hipótese a ser comprovada para caracterizar a simulação formal	310
3.1.4.2. Meios de prova para caracterizar a simulação formal	315
3.1.4.2.1. Alguns indícios de ocorrência da simulação formal ...	318
3.1.4.2.2. Alguns indícios de não ocorrência da simulação formal (indícios negativos).....	330
3.1.5. Síntese conclusiva a respeito da comprovação da simulação.....	336
3.2. Possibilidade de configuração da simulação em atos jurídicos específicos	336
3.2.1. Emissão de título de crédito.....	336
3.2.2. Constituição de sociedade personificada.....	342
3.2.3. Constituição de sociedade não personificada.....	350
3.3. Hipóteses que não configuram simulação.....	353
3.3.1. Identificação de ato jurídico distinto do ato jurídico aparente	353
3.3.2. Ausência de propósito negocial	357
3.3.3. Não usualidade da forma jurídica adotada	363
3.4. Efeitos da identificação do ato jurídico simulado	366
3.4.1. Efeitos da identificação do ato jurídico simulado pelo Poder Judiciário...	366
3.4.1.1. Desconstituição do ato jurídico simulado.....	366
3.4.1.2. Repetição do indébito relativo ao ato jurídico desconstituído....	368
3.4.2. Efeitos da identificação do ato jurídico simulado pela Fiscalização Tributária.....	374
3.4.2.1. Desconsideração do ato jurídico simulado	374
3.4.2.2. Repetição do indébito relativo ao ato jurídico desconsiderado ...	379
3.5. Síntese conclusiva do capítulo 3	384
CAPÍTULO 4 – IDENTIFICAÇÃO DO ATO JURÍDICO DISSIMULADO	387
4.1. Fatores estabelecidos pelo ordenamento jurídico para a eficácia do ato jurídico dissimulado.....	387
4.1.1. Fontes a partir das quais se identifica o surgimento do ato jurídico dissimulado.....	387
4.1.2. Eficácia do ato jurídico	389
4.1.2.1. Plano da eficácia	389
4.1.2.2. Regra geral para a eficácia do ato jurídico.....	391
4.1.3. Eficácia tributária do ato jurídico	398
4.1.3.1. Plano da eficácia tributária.....	398
4.1.3.2. Regra especial para o surgimento da obrigação tributária em decorrência do ato jurídico	402
4.1.3.3. Aplicação da regra especial para o surgimento da obrigação tributária em relação ao ato jurídico dissimulado	414
4.2. Fatores inconstitucionais e ilegais para a eficácia do ato jurídico dissimulado...	415

4.2.1. Interpretação das hipóteses de incidência com base em considerações econômicas: ineficácia do ato jurídico dissimulado.....	415
4.2.2. Qualificação dos atos jurídicos com base em critérios substanciais	427
4.3. Síntese conclusiva do capítulo 4	436
CONCLUSÃO.....	439
REFERÊNCIAS	443